

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.653 - PE (2019/0250837-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
**RECORRIDO** : SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE PERNAMBUCO  
**ADVOGADOS** : JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873  
THEOBALDO PIRES FERREIRA DE AZEVEDO - PE024172  
JOSÉ CARLOS ALMEIDA JÚNIOR E OUTRO(S) - PE001037B  
JOSE LUIS WAGNER - PE047516

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 28,86%. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. OFENSA CARACTERIZADA. QUESTÃO NÃO EXAMINADA E IMPRESCINDÍVEL À SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto pela Universidade Federal de Pernambuco, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 1.095-1.096):

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA EMENTA PÚBLICA. SERVIDORES DA UFPE. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INCIDÊNCIA DA TESE FIRMADA EM RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO PELO STJ. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES DESTA CORTE REGIONAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO PREJUDICADO.

1. Agravo de instrumento em que se discutem questões relativas ao cumprimento da sentença proferida nos autos da Ação Ordinária nº 95.0015568-0 (0015568-85.1995.4.05.8300) que reconheceu aos servidores substituídos o direito ao reajuste de 28,86%.

2. Inicialmente, cumpre registrar que, sendo a prescrição matéria de ordem pública e os documentos constantes dos autos suficientes à formação da convicção do órgão julgador, pode a mesma ser declarada até mesmo de ofício (TRF5, EDAC nº 587126/PB, Rel. Des. Fed. Manuel Maia, Primeira Turma, DJE de 03/11/2016; AG/SE nº 08029276520164050000, Rel. Des. Fed. Paulo Machado Cordeiro, Terceira Turma, Julgamento: 28/07/2016; AGTR nº 145508/AL, Rel. Des. Fed. Vladimir Carvalho, Segunda Turma, DJE de 01/03/2018; AC nº 586919/SE, Rel. Des. Fed. Cristiano de Jesus Pereira Nascimento, Quarta Turma, DJE de 18/03/2016)..

3. O STJ, no julgamento do REsp nº 1.336.026/PE, representativo da controvérsia, tema 880 (prazo prescricional de execução de sentença em

caso de demora no fornecimento de documentação requerida ao ente público), publicado no DJe de 30/06/2017, firmou o entendimento de que, "a partir da vigência da Lei nº 10.444/2002, que incluiu o parágrafo 1º ao art. 604, dispositivo que foi sucedido, conforme Lei nº 11.232/2005, pelo art. 475-B, parágrafos 1º e 2º, todos do CPC/1973, não é mais imprescindível, para acerto de cálculos, a juntada de documentos pela parte executada ou por terceiros, reputando-se correta a conta apresentada pelo exequente, quando a requisição judicial de tais documentos deixar de ser atendida, injustificadamente, depois de transcorrido o prazo legal. Assim sob a égide do diploma legal citado, incide o lapso prescricional, pelo prazo respectivo da demanda de conhecimento (Súmula 150/STF), sem interrupção ou suspensão, não se podendo invocar qualquer demora na diligência para obtenção de fichas financeiras ou outros documentos perante a administração ou junto a terceiros."

4. Ressalte-se que a Lei nº 10.444/2002, publicada em 08/05/2002, passou a vigorar a partir de 08/08/2002 (três meses após sua publicação) e que a orientação jurisprudencial assente no STJ é no sentido de que a aplicação da tese pacificada em julgamento de recurso submetido ao rito da repercussão geral não depende do seu trânsito em julgado (STJ, EDcl no AgRg no REsp nº 1472615/SP, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 12/06/2017; (AgInt no REsp nº 1536711/MT, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 22/08/2017; AgRg no REsp nº 1.240.421/PR, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 03/06/2016).

5. Nos termos da Súmula nº 150 do STF, a execução prescreve no mesmo prazo de prescrição da ação cognitiva. Tratando-se de dívida da Fazenda Pública, aplica-se o lustro prescricional previsto no art. 1º do Decreto 20.910/1932.

6. No caso dos autos, a pretensão executória encontra-se prescrita, tendo em vista que a decisão que reconheceu o direito dos agravados às diferenças decorrentes do reajuste de 28,86% transitou em julgado em agosto de 2002, ao passo que a execução do julgado somente foi ajuizada em 03/06/2016, após o transcurso do prazo prescricional de cinco anos.

7. Além disso, não se pode falar que a Medida Cautelar de Protesto, protocolada em 06/12/2013, teria interrompido o prazo prescricional, uma vez que este já havia se consumado desde agosto de 2007.

8. Ressalvado o entendimento do Relator, esta Corte Regional, em casos semelhantes, tem pronunciado a prescrição do crédito exequendo, nos termos do representativo de controvérsia acima mencionado. (AGTR nº 101148/CE, Rel. Des. Fed. Élio Wanderley de Siqueira Filho, Primeira Turma, DJe de 08/03/2018; AG/SE nº 08105487920174050000, Rel. Des. Fed. Paulo Roberto de Oliveira Lima, Segunda Turma, Julgamento: 12/04/2018; AGTR nº 92330/PE, Rel. Des. Fed. Fernando Braga, Terceira Turma, DJe de 15/02/2018 e AC nº 558932/PE, Rel. Des. Fed. Rubens de Mendonça Canuto, Quarta Turma, DJe de 23/03/2018).

9. Prescrição declarada de ofício. Agravo de instrumento prejudicado.

Embargos de declaração opostos pelos recorridos, às fls. 1.132-1.151, acolhidos com efeitos modificativos. Eis a ementa do referido julgado (fls. 1.221-1.222):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REsp 1.336.026/PE. EMENTA MODULAÇÃO. PRETENSÃO EXECUTÓRIA. FICHAS FINANCEIRAS. TERMO INICIAL DO PRAZO

PRESCRICIONAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. INAPLICABILIDADE. EMBARGOS PREJUDICADOS.

1. Trata-se de embargos de declaração interpostos pela UFPE e pelos agravados. A UFPE embargou alegando que o acórdão foi omissivo no que tange à condenação dos agravados em honorários da sucumbência. Os agravados alegaram que o acórdão foi omissão/contraditório: 1) no tocante à prescrição, prolatando acórdão, haja vista a UFPE não ter pleiteado no agravo de instrumento a extra petita prescrição da pretensão executória; 2) quanto à ausência de decisão definitiva no REsp nº 1.336.026/PE, pendente de modulação dos efeitos.

2. O STJ, no julgamento do ED no REsp repetitivo 1.336.026/PE, acolheu parcialmente os embargos de declaração, modulando os efeitos do acórdão embargado nos seguintes termos: "Os efeitos decorrentes dos comandos contidos neste acórdão ficam modulados a partir de 30/6/2017, com fundamento no § 3º do art. 927 do CPC/2015. Resta firmado, com essa modulação, que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017".

3. No caso dos autos, o trânsito em julgado ocorreu em 2002, ou seja, sob a égide do CPC/73. Consoante o atual posicionamento do STJ, a prescrição quinquenal teve início em 30.06.2017, não há, portanto, que se falar em prescrição da pretensão executória, devendo a execução prosseguir.

4. Restou prejudicado o pleito da UFPE, de condenação dos agravados em honorários de sucumbência.

5. Embargos de declaração dos agravados providos, com efeitos infringentes, para negar provimento ao agravo de instrumento. Embargos da UFPE prejudicados.

Embargos de declaração opostos pela UFPE, às fls. 1.255-1.285, rejeitados.

Preliminarmente, o recorrente alega violação dos artigos 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito da "incidência ao caso dos arts. 1º e 2º da MP 1.704/98 e artigos 502 e 503 do CPC (compensação), matéria essa objeto do presente agravo, vez que a decisão agravada negou ao recorrente o direito de abater do reajuste de 28,86%, os aumentos recebidos pela parte recorrida com os índices das Leis n.º 8.622/93 e 8.627/93, por entender que o título executivo judicial não previu tal compensação" (fl. 1.392).

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos artigos 1º, 2º, § 2º e 6º da MP 1.704/1998, sucedida pela MP 2.169-45/2001, bem como aos 467, 474 e 741, VI, do CPC/1973, 502 e 503 do CPC/2015, sob os seguintes argumentos: (a) "é descabida qualquer outra discussão que impeça a aplicação da orientação da Suprema Corte, como a que diz respeito à ausência de previsão da compensação no título judicial, a qual foi encampada inadvertidamente pelo C.STJ no REsp 1.235.513/AL, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos. Essa questão processual, na verdade, é estéril porque, para o Supremo, a origem da compensação foi os reajustes diferenciados concedidos pelas Leis n.º

8.622/93 e 8.627/93, independentemente ela de ter sido prevista ou não no título judicial" (fl. 1.397); e (b); "se mostra descabido o inconformismo do sindicato quanto ao deferimento da compensação, sob a alegação de que haverá ofensa a coisa julgada, pois, repise-se, a situação dos autos se enquadra na exceção prevista no recurso repetitivo julgado pelo STJ, haja vista que quando editada a MP 1704, de 30.07.1998, o processo já tinha sido julgado pelo TRF5 e, inclusive o executado já tinha proposto em 11.12.1997 os embargos declaratórios contra o acórdão que deferiu aos substituídos do sindicato o reajuste de 28,86% impondo-se pois, a compensação com os percentuais recebidos pelas Leis 8622 e 8627" (fl. 1.407).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 1.477-1.478.

É o relatório. Passo a decidir.

O recorrente pretende a anulação do acórdão proferido pela Corte de origem em sede de embargos de declaração sob o argumento de que remanesce obscuro e omissos o julgamento da controvérsia.

Extraí-se dos autos que o recorrente argumentou e requereu a manifestação expressa do órgão julgador a respeito da omissão verificada quanto à "incidência ao caso dos arts. 1º e 2º da MP 1.704/98 e artigos 502 e 503 do CPC (compensação), matéria essa objeto do presente agravo, vez que a decisão agravada negou ao recorrente o direito de abater do reajuste de 28,86%, os aumentos recebidos pela parte recorrida com os índices das Leis n.º 8.622/93 e 8.627/93, por entender que o título executivo judicial não previu tal compensação" (fl. 1.392).

Com efeito, evidencia-se que a questão suscitada guarda correlação lógico-jurídica com a pretensão deduzida nos autos e se apresenta imprescindível à satisfação da tutela jurisdicional.

A manifestação sem esclarecimento suficiente a respeito de questão necessária à resolução integral da demanda autoriza o acolhimento de ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015, enseja a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração e torna indispensável o reexame dos acórdãos.

A propósito: AgInt no REsp 1.394.325/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/11/2016; AgRg no REsp 1.221.403/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 23/8/2016; AgRg no REsp 1.407.552/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 3/3/2016.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial**, tornando nulo o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração, a fim de que a Corte de origem aprecie por completo as matérias articuladas nos acórdãos opostos pela UFPE.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator